



CAPÍTULO 7

PRÁTICAS DISCURSIVAS DE DESVALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E DA CARREIRA DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

DOI: 10.47402/ed.ep.c202220067943

Vanessa Cristina Scaringi
Rosana Maria Gomes

RESUMO

A carreira docente segue em desprestígio no mercado de trabalho. A precarização desta profissão se tornou historicamente um projeto de desvalorização que, a longo prazo, vem colocando a atividade profissional em condições insalubres para a sobrevivência. Os regimes precários de trabalho, os baixos salários e ataques constantes à imagem docente, causam reações negativas a profissão e à identidade do professorado. Neste sentido, o presente artigo buscou analisar as práticas de desvalorização da identidade e da carreira docente na Educação básica, especialmente no que concerne à atividade pedagógica nas escolas públicas e gratuitas, decorrentes de discursos sociais veiculados na mídia. A análise dos dados levantados seguiu as orientações da “análise do discurso” (AD), apontando que, dentre os aspectos que contribuem para o desprestígio da carreira docente estão, conseqüentemente, a ausência de políticas públicas de gerenciamento da Educação eficientes e adequadas às das escolas, a participação ativa de grupos políticos com viés ideológico excludente, descontinuidade de projetos políticos devido à troca quadrienal de gerenciamento público, descumprimento da legislação educacional vigente por parte de governantes e civis, inexistência de planos de carreira ou planos desatualizados, judicialização da Educação escolar, atuação de profissionais desqualificados no processo de formação docente, diferenças salariais nos contratos e de formas de tratamento nos espaços de trabalho, endividamento pessoal em decorrência a falta de repasse de recursos públicos, causando forte impacto na formação inicial e continuada bem como agravos à saúde física e emocional dos/as docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Desvalorização docente. Magistério no Brasil. Políticas públicas educacionais.

INTRODUÇÃO

A princípio, parece relevante discorrer, mesmo que brevemente, sobre os principais aspectos histórico-culturais e políticos que determinaram a reformulação da identidade e da carreira docente na Educação básica, pública e gratuita, oferecida hoje no Brasil. Nesse ínterim, ao percorrer sobre as ideias, hábitos, costumes, princípios morais e intenções que nortearam as gerações no decurso do tempo, essa reflexão intenta promover uma forma elaborada e crítica para o entendimento dos valores sociais atribuídos à docência contemporânea.

Eventualmente, a identidade e a carreira docente, no Brasil, acarretam resquícios do período colonial, tempos absolutamente desumanos e cruéis, marcados pela aculturação,



dominação, escravidão humana e pelo extermínio, especialmente das pessoas de comunidades indígenas e de afrodescendência.

Dessa forma, juntamente à busca pela manutenção política e econômica das capitânicas hereditárias que se espalharam por todo o território com a invasão portuguesa, iniciou-se o processo de catequização aplicada por missionários jesuítas com a finalidade de alfabetizar as comunidades indígenas na língua portuguesa aos moldes do cristianismo católico em contraste aos elementos da cultura indígena, como a dança e o canto. A catira ou cateretê, por exemplo, foi utilizada como técnica de ensino, empregando versos cantados, compostos pelo padre Anchieta em continuidade à doutrinação.

Pode-se dizer que este modelo pedagógico jesuíta, consolidado na memorização e repetição de informações, perdurou de 1549 e seguiu até a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, cerca de 1759 sob “alegação de obscurantismo cultural e envolvimento político” (GADOTTI, 1997 p. 2). Esse período foi crucial para o surgimento dos primeiros saberes e técnicas de escolarização. “As congregações religiosas [...] se transformaram em verdadeiras *congregações docentes*. [...] A missão de educar é substituída pela prática de um ofício e a vocação cede o lugar à profissão, mas as motivações originais não desaparecem” (NÓVOA, 1995, pp. 15-16, grifo do autor). Atribuiu-se, sobre um saber específico voltado ao saber pedagógico propriamente vinculado à formação e a prática docente, uma instrução generalizada sob a incumbência de pensadores de diferentes áreas do conhecimento.

Por volta de 1800, com a chegada da família real portuguesa, criaram-se cursos superiores em faculdades de medicina e direito, cursos técnicos e de artes e bibliotecas públicas para satisfazer a ostentação de D. João VI. Até então, mesmo com as primeiras escolas primárias, a maior parte da população era analfabeta. Em 1891, surgem discussões sobre a laicidade do ensino público durante o período da primeira república.

Em contrapartida, essas mudanças impulsionaram à necessidade de um trabalho docente voltado a um serviço especializado. Com isso, mais tarde, no século XVIII, surgiu um sistema de ensino com intervenção estatal “que institui os professores como corpo profissional” (NÓVOA, op. cit., p. 17). Há certa independência pedagógica em relação aos párocos, porém a carreira docente ainda segue submetida à normatização e disciplina, mediante a aquisição de licença e autorização do Estado, delineando a profissão e o recrutamento desses profissionais.



Com a chegada do século XIX e a expansão escolar, vem a necessidade de promover o trabalho pedagógico como relevância social de modo a atender a demanda.

Fixa-se neste período uma imagem *intermédia* (sic) dos professores, que são vistos como indivíduos *entre* várias situações: não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc. Estas perplexidades acentuam-se com a *feminização do professorado* [...] (Ibid, p. 18).

Muitas outras reformas aconteceram no intuito do combate ao analfabetismo até a criação do Ministério da Educação, em 1930. Ao longo dos trinta anos seguintes, com embates entre defensores do ensino público e do ensino privado, sancionou-se, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), regulamentando a formação do professorado ao nível médio, conhecido como Normal, e o ensino militar, mais tarde revogados com a revisão da lei.

No final da década de 50 e início da década de 60 o debate educacional intensificou-se. O sucesso alcançado pela aplicação do "método Paulo Freire" despertou a atenção do presidente João Goulart (1963) que tentou expandi-lo para todo o território nacional. O golpe militar de 1964 interrompeu esse ambicioso projeto e o seu autor foi exilado (GADOTTI, 1997, p.3)

Durante o regime militar, perdurando de 1964 a 1985, pouco se investiu na carreira e na formação docente. Em meio à corrupção, inflação e endividamento com empréstimos de bancos do exterior para manutenção do setor privado, propagados pela imprensa militar como “milagre econômico”, expandiu-se a atuação de docentes leigos com formação apenas em primeiro grau [assim mencionado na época, atualmente 1º ao 5º ano] em escolas com estrutura física precária e abandonadas. O principal intuito dos projetos voltados à Educação foi a privatização da escola pública e gratuita em atendimento às necessidades do mercado. “Esse legado do regime militar consubstanciou-se na institucionalização da visão produtivista de educação [...] com a consequente ênfase na adoção de mecanismos empresariais no gerenciamento do ensino” (SAVIANI, 2008, p. 298-311).

Ademais, nesses quase vinte e um anos de regime autoritário, com uso da repressão e da censura no processo de escolarização, não houve liberdade de cátedra, e muitos professores e professoras, envolvidos em mobilizações sociais na defesa pela escola pública, laica e gratuita, foram considerados subversores/as, sofrendo ameaças, difamações, perseguições, encarceramento, tortura e até homicídio.



Um exemplo bastante marcante foi a trajetória profissional do educador pernambucano Paulo Freire. O professor foi preso por aplicar uma nova concepção didática de ensino, baseada nos princípios do movimento escolanovista, projeto educativo que alfabetizou em 40 dias cerca de 300 cortadores de cana sem uso de cartilha [livro tão defendido pelos militares] que, com base na polarização ideológica, o acusaram de mistificar a alfabetização e aliciar ao marxismo. De acordo com Haddad (2019) “o ambiente político tornou-se tenso, com notícias desencontradas de todos os lados [...]. Os militares respondiam às pressões de parcela conservadora da sociedade brasileira que atacava e desqualificava o trabalho de Paulo Freire”.

Apesar das represálias durante o regime militar, o professor Paulo Freire é atualmente referenciado como um grande teórico da Educação, inclusive em âmbito mundial, sendo reconhecidas as suas contribuições para o combate ao analfabetismo.

Evidentemente, o poder dos discursos militares se alastrou por todo o país, partindo da perspectiva excludente, proferida com a célebre frase “querem comunizar nossas crianças”, que perpassou décadas e ainda circula no meio social, fundindo-se com outras falácias atuais como “com a ideologia de gênero nas escolas, vão ensinar sexo para os seus filhos”, menção distorcida do legítimo trabalho sobre o respeito à diversidade social e aos direitos humanos no âmbito escolar. Segundo Foucault (1970), a sociedade se apropriou de discursos cotidianos os quais fundamentaram outras práticas que geraram novos discursos para a manutenção do poder. Dessa forma, os discursos militares permitiram a manipulação da massa para acobertar a corrupção, o enriquecimento ilícito e a violência que se alastrava por todo o país.

Outro meio de desvalorização surgido dos discursos coercitivos, foi o projeto Escola sem Partido, lançado publicamente na mídia em 2015 por um procurador em parceria com grupos religiosos extremistas. No pretexto de incentivar a população contra o professorado, divulgaram-se comentários tendenciosos a respeito do trabalho pedagógico sob o engodo de que “os professores possuem liberdade de ensinar, mas se aproveitam da liberdade de cátedra para cometer abusos e impor suas convicções sobre os alunos”.

Tal desrespeito com as conquistas históricas da categoria, intensificou o declínio dos salários e a desvalorização da carreira do magistério. Por conta destes fatores, acentuou-se desmedidamente a participação das mulheres de forma precária na profissão e a carreira passou desigual em relação aos homens no mercado de trabalho. Tornou-se mais agravante ainda para a mulher transgênero, negra e com alguma deficiência. Há casos de professoras transsexuais que sofreram violência moral, psicológica e física em ambiente de trabalho escolar. Outros



casos, como o de uma professora negra que foi humilhada em sala de aula com a frase racista “se alguns dos alunos (...) trouxessem um chicote 'do bom' para te fazer lembrar do tempo que você tanto teme...” traz à tona a depreciação da imagem das mulheres na docência. E tantas outras professoras com deficiência que são cerceadas ao ingresso na carreira por meio de laudos periciais que as descrevem como inaptas para o trabalho.

Além disso, passou-se a exigir mais do professorado na escola pública. Além da dedicação às tarefas de ministrar aulas e organizar a sala, dentre as atribuições voltadas para o/a docente da Educação básica estão a apresentação de certificação anual em cursos de extensão e aperfeiçoamento para contagem de pontos para a atribuição de aulas, elaboração e confecção de materiais pedagógicos, organização e execução de eventos como formaturas e festas para arrecadação de verbas, criação do plano de ensino e do plano individual para o atendimento de alunos/as com alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem, registros reflexivos em diários de classe, atas de conselho, semanários e relatórios bimestrais e/ou trimestrais, validados frequentemente pelo/a superior imediato, aplicação e levantamento de dados de diferentes avaliações, manutenção de portfólios do alunado, participação obrigatória em reuniões semanais com a equipe diretiva e com os pares, orientação de estágios supervisionados, acompanhamento da atuação de agentes escolares em sala de aula quando a inclusão de pessoas com deficiência, atendimento às convocatórias da secretaria e diretorias da Educação para participação em eventos feitos em locais externos ao posto de trabalho, viagens com o alunado, chamadas comumente de “passeios pedagógicos”, em ônibus sucateados, concedidos a muito custo pelo empregador, oferecimento de reunião coletiva às famílias e assistência individual, quando necessário, e em alguns casos acompanhamento do alunado durante refeições e higienização como na escovação dentária, concentrando também o trabalho sem remuneração em serviços de voluntariado. Vale ressaltar que o trabalho duplicou ou triplicou a quem tem outras jornadas na escola e ainda outras exigências de trabalho foram feitas à docência no período da pandemia da Covid-19, como o laboro em domicílio que expôs o professorado à exposição a quase 24h em interações pelo *GoogleMeet* e grupos de *Whatsapp* para atendimento ao alunado em finais de semana, pontos facultativos, feriados e até em período de recesso ou férias. Isso modificou consideravelmente os momentos de lazer e descanso do professorado e a relação com seus/suas superiores.

Segundo levantamento apresentado no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021) a remuneração do professorado com nível de formação em curso superior e atuante na Educação



básica é bastante discrepante em relação aos profissionais da saúde ou da área de exatas com igual nível de formação acadêmica. Em média, o salário do professorado é R\$ 4131,00 enquanto que a média salarial dos profissionais da saúde atinge R\$ 6622,00 e dos profissionais das exatas, R\$ 6613,00. O estudo também aponta que em 2020, Estados e municípios reduziram significativamente as despesas no setor da Educação.

Em consideração ao exposto, o presente artigo buscou analisar as práticas de desvalorização da identidade e da carreira docente na Educação básica, pública e gratuita, decorrentes de discursos sociais veiculados na mídia. Considerou-se, para coleta de dados, diferentes canais de interação virtual como *Youtube* e *Facebook*, publicações em *sites*, *blogs* e jornais *on-line* e grupos oriundos do *Whatsapp* voltados para discussões sobre o contexto escolar.

A análise dos dados levantados seguiu as orientações da “análise do discurso” (AD) sob a ótica foucaultiana. Segundo Foucault (1970, p. 44) “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Neste sentido, voltar o olhar aos discursos sobre a identidade e a carreira docente veiculados na mídia que, em um primeiro momento, aparentam inofensivos e simplórios, levantou a possibilidade de analisar criticamente como os discursos são formados e qual posição ideológica orienta as práticas desses enunciados, tornando visível a intencionalidade desses discursos e os efeitos na vida dos/as docentes. Assim, essa ferramenta metodológica norteia outros olhares para a problematização sobre a propagação de discursos que funcionam como sistemas de controle coercitivos sobre os modos de vida.

A discussão dos resultados será apresentada a seguir, dividida em duas etapas para a reflexão: primeiramente apresentar-se-á as práticas discursivas que norteiam à desvalorização docente na sociedade brasileira e, posteriormente, os prejuízos econômicos e psicológicos vivenciados pelo professorado que surgem dessas práticas discursivas naturalizadas pela sociedade. A identidade das pessoas ou grupos que proferiram os discursos, mesmo veiculados publicamente na mídia, foi resguarda por questões éticas e as referidas falas foram citadas no decorrer do texto em *itálico* para facilitar a leitura e reflexão.



PRÁTICAS DISCURSIVAS DEPRECIATIVAS À IMAGEM E A CARREIRA DOCENTE

Em princípio, a Carta Magna (Brasil, 1988) determina em seu art. 5º, inciso IX, a liberdade de expressão “da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e complementa mais adiante, em seu art. 206, incisos II e V, respectivamente, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e a “valorização dos profissionais da educação escolar”, reforçados pela LDBEN (1996).

Porém, embora os singelos avanços conquistados pelos esforços e pela luta da categoria, a realidade denuncia a necessidade de repensar certos discursos proferidos ao professorado de forma arbitrária e sem fundamento legal, considerados como grandes motivadores de práticas voltadas à desonra e a desqualificação docente. Vale ressaltar que “os rituais da palavra, as sociedades de discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais – se ligam uns aos outros e constituem espécies de grandes edifícios que garantem [...] a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos” (FOUCAULT, 1970, p. 44). Embora os discursos pareçam inofensivos, carregam um alto grau de intencionalidade da parte de quem os emite.

É oportuno citar primeiramente os discursos políticos, pronunciados por defensores do Projeto de Lei nº 3261/2015 que autoriza a Educação infantil, os ensinos fundamental e médio em âmbito domiciliar, o conhecido *homeschooling*.

Nada tem a ver com abandono intelectual. Pelo contrário os genitores demonstram um comprometimento ainda maior com a educação dos seus filhos.

As famílias têm retomado as rédeas do ensino de seus filhos, trabalhando com afinco para a formação integral de cada um deles numa educação personalizada, humanizada e voltada para o desenvolvimento do intelecto e das virtudes. Sabemos que a educação domiciliar, o homeschooling, é um direito dos pais, por lei natural. Assim, são eles a escolherem qual ambiente é mais compatível com a realidade de seus filhos, tendo como critério o maior bem-estar das crianças no sentido de seu pleno desenvolvimento. A proposta modifica o Código Penal (1940) para deixar claro que a pena prevista para o crime de abandono intelectual, de detenção de quinze dias a um mês ou multa, a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar, não se aplica a pais ou responsáveis que ofertarem a modalidade de educação domiciliar.



Os argumentos acima fazem parte da fala de uma das deputadas envolvidas na negociação do referido Projeto-lei (PL), tramitando em caráter prioritário na Câmara dos Deputados, com a colaboração de outros deputados que sustentam o discurso, complementando o apoio.

Deste modo, tal PL, para se implementar, propõe forçosamente a modificação de alguns artigos da LDBEN (1996), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do Código Penal (1940), estipulando que a educação da criança e do adolescente poderá ocorrer opcionalmente em domicílio, sob intervenção das famílias, apresentadas como tecnicamente preparadas para “escolarizar” em casa, detendo, inclusive habilidades técnicas para adequar o ensino aos diferentes níveis de aprendizagem. Neste modelo, as crianças e adolescentes estão obrigados a comparecerem na escola apenas em período de avaliação escolar, estipulados em calendário, e à escola cabe somente a função de emitir históricos, declarações, certificados e diplomas escolares aos que optarem por tal modelo de ensino. Ademais, transferindo desastrosamente o papel da escolarização às famílias e descriminalizando tal prática, promovem, de certa forma, não somente a desvalorização da profissão e carreira docente como também o incentivo ao aumento da violência doméstica.

A pandemia da Covid-19 alertou a sociedade para os riscos que as crianças e adolescentes estiveram expostos durante o confinamento em suas casas devido ao fechamento compulsório das escolas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) emitiu um manifesto, em conjunto com Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), enfatizando a urgência da reabertura segura das escolas com base nos impactos negativos à aprendizagem, nutrição e proteção dos/as estudantes. Alarmantemente, além da desigualdade de acesso ao ensino entre ricos e pobres, houve um aumento da violência doméstica como a física, moral, psicológica e sexual contra os/as estudantes que, por determinações sanitárias, tiveram que acompanhar as aulas de casa de forma *online* e/ou com atividades educativas impressas concedidas a algumas comunidades sem acesso à *internet*. Esses fatores são suficientes para demonstrar a importância da Educação escolar na vida das crianças e adolescentes, sobretudo no que tange ao direito de acesso ao conhecimento científico, à socialização e ao exercício da cidadania.

Outro fator importante neste projeto de desvalorização docente está a atuação de profissionais desqualificados ou de outras áreas do conhecimento que desconhecem o processo



de formação para docência, principalmente nos primeiros ciclos da Educação básica, voltados à alfabetização. Embora sem as habilidades específicas, disseminam discursos com argumentos altamente persuasivos, utilizando-se de modismos que personalizam o ensino.

Reconhecendo as fragilidades do ensino no Brasil, venho há mais de dez anos oferecendo cursos e palestras para professores da educação básica com pretensões de modificar o currículo.

Elaborado por um advogado que dirige uma empresa de formação continuada com o intuito de revender cursos, embora com formação em Pedagogia, jamais atuou como professor na Educação básica, assim claramente informado por ele próprio no currículo publicado na Plataforma Lattes. Dentre a sua maior titulação está um curso de pós-graduação ao nível *latu sensu* (especialização), sabendo que as melhores universidades brasileiras mantêm, como requisito primordial à formação inicial do professorado, docentes com formação em cursos de pós-graduação em nível *strictu sensu* (doutorado). Como oferecer aos/as professores/as políticas de formação docente para atuação na Educação básica sem experiência e/ou formação necessárias para a capacitação profissional?

O parágrafo primeiro do artigo 67 da LDBEN (Brasil, 1996) enfatiza que “a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino” seja para coordenação, direção e assessoramento pedagógico. Trata-se de mais um elemento legal que demonstra a necessidade e exigência de formação técnica e experiência apropriada ao nível ou modalidade de ensino de que se deseja atuar.

Fica claro que o amadorismo pedagógico impulsiona a precariedade na escolarização. Trata-se de um fenômeno que expõe a especificidade do saber-fazer docente nas mãos de qualquer um que se coloque no posto de condutor das práticas e ações pedagógicas, uma espécie de mentor que auxiliará o professorado na resolução dos problemas que implicam ao analfabetismo e às desigualdades educacionais.

Depois de efetuarem seu cadastramento no programa, as escolas recebem, em nome do diretor, publicações didáticas explicando passo-a-passo sobre o que devem fazer para oferecerem uma boa escola com o apoio da comunidade.

Observando o teor das explicações acima, veiculados por dirigentes de uma entidade filantrópica que mantêm voluntários na equipe, atuantes na escola sem experiência ou formação



docente, demonstra que esses grupos de assessoria pedagógica para a formação continuada do professorado têm se propagado com rapidez e facilidade por todo o território nacional. Neste ponto, pode-se mencionar que a formação docente é vista como mercadoria. Basta um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para estar habilitado a promover cursos sem aprofundamento teórico e/ou prático de formação para docência.

Os apelos tão na moda de todos os lados, dos interesses neoliberais e também dos progressistas de pretender colocar no cerne da ação educativa escolar a comunidade, as famílias e as organizações sociais, a sociedade difusa dos empresários, a mídia e os amigos da escola, correm o perigo de descaracterizar esse núcleo constitutivo de toda ação educativa. Correm o perigo de tirar o foco [...] do saber-fazer, das artes dos professores (ARROYO, 2000, p. 20).

Outra questão a ser urgentemente repensada, diz respeito ao menosprezo do poder público no que tange à admissão de dirigentes de ministérios, diretorias e/ou secretarias da Educação.

As pessoas que eu escolhi para compor o meu governo são pessoas qualificadas, técnicas, pessoas preparadas para tal função, são de minha confiança.

No fervor do seu pronunciamento público, o prefeito se referiu à sua equipe de secretários, incluindo da Educação, com algum grau de parentesco, esquivando-se, porém, das acusações de nepotismo. A Constituição Federal (Brasil, 1988) veda quaisquer investidas de parentes no setor público mediante favorecimento. Essa prática ilegal muitas vezes despercebida, encoraja o ingresso de impostores/as nomeados/as para delegar políticas públicas educacionais em discursos que os colocam como agentes altamente capacitados.

Outros discursos fervorosos, logo abaixo, do ministro “economista” da Educação e do ministro “pastor militar” da Educação, respectivamente, marcaram a década e alertaram para a ineficiência e despreparo na atuação de dirigentes admitidos para administrar um dos ministérios federais que mais angaria recursos, porém um dos que menos os distribui. Tais ministros, muito bem recompensados financeiramente para o gozo no cargo, trazem consigo históricos de agressão verbal no trato com as pessoas, imposição da crença religiosa particular sobre outrem e, além disso, erros gravíssimos de língua portuguesa, inaceitáveis para dirigentes desta pasta.

Hoje, ser um professor é ter quase que uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa. Não é pra todo mundo, é pra quem é bom! Tem que ter performance. ‘Ah, mas eu quero ganhar mais’, então vai fazer outra coisa. O objetivo das estruturas de ensino não é pagar bem para o professor. Tem professor que nem tinha que estar andando solto.



Ainda que ameaçando a liberdade de ir e vir e os direitos trabalhistas do docente-cidadão, após 14 meses na função, a mídia divulgou a fuga estratégica [termo utilizado pela imprensa] do ministro “economista” da Educação para os Estados Unidos. Obstruindo a justiça às pressas, usando de passaporte diplomático e se utilizando de discursos emocionais, alegou vir sendo ameaçado. Somente após chegar em terras estrangeira, foi destituído do cargo.

Contudo, os efeitos deixados nos poucos meses de atuação calamitosa foi o suficiente para a expansão de escolas públicas sob diligência de militares indicados pelo governo para impulsionar o falso discurso do combate ao analfabetismo com o pretexto da adesão voluntária, onde o ingresso e permanência de estudantes perpassa os ideais da meritocracia, depositando o fracasso escolar histórico tão somente nas mãos do professorado. Ademais, foi oferecido aos militares todas as condições necessárias para o trabalho, desde uniformes e materiais como bônus que supera o salário dos/as professores/as.

Deste ponto em diante, outros projetos foram implementados para estimular o financiamento privado nas instituições públicas de ensino, mesmo sob suspeitas de irregularidades, estimulando o professorado à competição em busca de prêmios e bonificações que nem sequer estiveram [ou serão] incorporadas aos salários da categoria. Esses discursos incentivadores nem sempre se apresentam como agressivos. A banalidade dos discursos emitidos impulsiona a descaracterização da escola. Expõe o espaço escolar como “terra vazia, de todos e de ninguém [...] como um clube de amigos ou como pretexto para outras finalidades políticas [...]” (ARROYO, 2000, p. 22).

[...] Não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê. Eu simplesmente não me envergonho. Eu simplesmente digo a todo lugar, a toda hora, a todo tempo, e fora de tempo, que eu creio, em quem eu creio e muitas vezes nas minhas reuniões no ministério falo a respeito da minha fé, daquilo que eu tenho por valor, por princípio.

É importante ressaltar a inconstitucionalidade desses comentários, dado que a escola pública é um espaço laico, incluindo o Ministério da Educação como órgão representativo que não deve preconizar nenhuma crença religiosa em detrimento de outrem. Dentre outros discursos autoritários, comumente disseminados pelo ministro “pastor militar”, levou-o a enfrentar inquérito no Supremo Tribunal Federal por promover outros modos de preconceito e discriminação.



O adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo (sic) tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa [...] são famílias desajustadas [...]”.

Como se vê, desde os desastres da colonização aos abusos do regime militar à atualidade, esses discursos permaneceram e seguem influenciando opiniões. Quem não se lembra da célebre frase “professora não é mal paga, é mal casada”, emitida durante o regime militar pelo governador ingressante no cargo sem o sufrágio universal? Até hoje as mulheres enfrentam dificuldades de acesso e manutenção no mercado de trabalho. Geralmente têm os seus salários, condições de trabalho e de tratamento profissional desiguais aos dos homens, mas a “sua primeira missão é preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho” (TARDIF e LESSARD, 2008, p. 8) mesmo sutilmente impedidas, pelos praticantes de discursos autoritários e retrógrados, de discutir junto às crianças e adolescentes a desigualdade de gênero que se prolonga demasiadamente na sociedade.

Nenhum destes discursos foi proferido por docente de carreira academicamente com formação e experiência nos ciclos da Educação básica, especialmente voltados à alfabetização, tampouco em escolas públicas e/ou em escolas da periferia pobre.

Essas características os diferem da maioria do professorado que, para atuação docente, é exigido em um momento de entrevista de emprego, processo seletivo e/ou concurso público, formação acadêmica no nível de ensino do qual pretendem atuar. Como gestar uma pasta da Educação sem ter condição ética no trato às pessoas? De que modo gestar projetos da Educação sem ter tido algum contato sequer com a população mais carente economicamente, os principais dependentes da escola pública e gratuita? Como gestar a pasta da Educação sendo fundamentalista, doutrinando pela perspectiva de determinada religião?

O viés mercadológico da Educação neste contexto neoliberal encontra muitos apoiadores. Seguindo por essa lógica, deixam de assumir o compromisso com a Educação pública e gratuita, tratado inclusive no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, implicando disparidades de acesso à escola, principalmente as pessoas dependentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que necessitam conciliar seus empregos mal remunerados com os estudos. Assim se fez de forma debochada o discurso da secretária da Educação, logo abaixo, em função comissionada, quando questionada por docentes sobre a contratação de funcionários de empresa terceirizada para atuarem na escola pública.



Eu faço pós-doutorado na área de Políticas Públicas e se querem considerar essa ação como privatização é direito de vocês, mas estamos pensando lá na frente.

O processo de privatização do ensino, no Brasil, vem avançando sutilmente com a contratação de empresas terceirizadas bem como a adoção de determinados programas de avaliação do rendimento escolar e a implementação de uma base curricular comum a todos os sistemas de ensino. Assim, o professorado é unicamente responsabilizado, caso as metas comuns, impostas pelo mercado, não sejam atingidas.

A busca permanente pela autodefesa de projetos políticos que desqualificam a escola pública e gratuita e na sequência oferecem milagrosamente a solução, esbarra-se no surgimento de outros fenômenos como a judicialização da Educação. Compreende-se a importância da atuação de todos os poderes para a manutenção do Estado de direito, porém a tomada de decisões sem considerar as especificidades de cada comunidade escolar podem gerar grandes entraves a quem depende do sistema de ensino público e gratuito. É o caso de campanhas promovidas por Ministérios Públicos (MP) de diferentes regiões do país, alguns incentivando a doação de materiais escolares, outros desautorizando as escolas a divulgarem às famílias do alunado determinados materiais de que necessitam no cotidiano. Contudo, nenhuma campanha de incentivo à ação das prefeituras e Estados foram feitos para a garantia de fornecimento de materiais básicos como folha sulfite, papel higiênico ou até computadores em falta nas escolas de Educação básica.

O Ministério Público e o Procon estão atentos às listas de materiais escolares emitidas para pais de alunos neste período de matrículas e matrícula para evitar que as instituições incluam itens não pedagógicos na lista de compra.

Sugerindo como materiais “não pedagógicos” fita crepe, fita dupla face, folhas de E.V.A., envelopes, estêncil, lantejoulas entre outros materiais de uso rotineiro em tarefas na sala de aula, especialmente usados em atividades para que as crianças desenvolvem maior autonomia, criatividade e até autoestima e segurança ao expor as suas tarefas e conquistas ao público escolar, tal campanha visou inicialmente as escolas particulares, porém, posteriormente adotada pelas escolas públicas. Com isso, é comum docentes assumirem a compra destes materiais citados para realizar atividades junto ao alunado e, neste ponto, não há intervenção do MP ou Procon.

A exemplo, a pandemia da Covid-19 agravou a situação do professorado que, por força de decretos municipais e Estaduais, e mesmo responsabilidades morais e éticas por eles assumidas, se



viram obrigados a adaptarem as suas casas com materiais que nem sequer são oferecidos ou vistos em muitas das escolas públicas brasileiras como celulares, *tablets* e computadores com *internet* banda-larga de última geração. Emitido em diário oficial municipal, teve prefeito que exigiu que docentes comprassem cadeira ergométrica para que, trabalhando em casa, caso desenvolvessem alguma doença na coluna que afetasse a sua vida laboral, estaria o prefeito e sua equipe de governo isentos de quaisquer responsabilidades trabalhistas.

O prefeito, no uso das atribuições que lhe confere, decreta: o trabalho remoto (...) não gera qualquer tipo de ressarcimento ou indenização, a qualquer título, das eventuais despesas do servidor em decorrência do exercício de suas atribuições em trabalho remoto.

Há algum outro profissional no mercado de trabalho, além de docentes, estimulado a tais iniciativas? Quando há falta de seringas, agulhas e luvas, os médicos do setor público desembolsam do próprio salário, evitando o prejuízo no atendimento dos pacientes? Quando falta tinta nos cartuchos das impressoras dos fóruns, os juízes desembolsam do próprio salário, evitando prejuízo no andamento dos processos? Em meio às ambiguidades, Nóvoa (1995, p. 21) demonstra que a atuação docente é atravessada pela “desprofissionalização” e “o campo educativo está ocupado por inúmeros atores (Estado, Igreja, famílias, etc.) que sentem a consolidação do corpo docente como uma ameaça aos seus interesses e projetos”.

Considerando os apontamentos já elencados neste artigo sobre as mulheres como a maioria no magistério brasileiro, geralmente esses discursos veem carregados de misoginia (desprezo pelas mulheres) e sexismo (preconceito baseado no gênero). São declarações iniciadas por figuras masculinas, geralmente homens cisgênero e até mesmo sem vínculo com nenhuma criança/adolescente matriculados em escola, bastante presentes nos momentos de ataque à imagem docente; manifestam-se sobre o pretexto da liberdade de expressão, mas aplicam discursos de ódio, intolerância e opressão, esforçando-se para a naturalização e a aceitação desses comentários mediante a imposição de seus argumentos sem fundamentação real. Face à face, dificilmente, comentários desses tipos surgem em uma reunião escolar, mas ganham força com perfis falsos em canais da *internet*.

Os professores querem receber sem trabalhar.

A questão é que os professores já se acostumaram a ganhar em casa.

Quanta enrolação essa reunião de pais, preciso fazer janta.

Só pensam em dinheiro esses professores gayzistas travestidos de educadores.



Professor tem que ensinar português e matemática, se passar das matérias relevantes, deve ser espancado ou processado.

Atenção: PAGAMOS 50 REAIS para alunos que obtenham vídeos de professores DOCTRINANDO alunos durante e dentro da sala de AULA de qualquer curso.

Preciso de 50 professores para serem Embaixadores da Saúde Mental (divulgando informações e listas). Máximo de 15 pessoas por Estado. Há possibilidade de remuneração de até R\$ 300.

O projeto de desvalorização docente traz uma cumplicidade de ações desequilibradas: de um lado se tem os grupos políticos em parceria aos corporativos que criam discursos que “dispõem de um importante poder simbólico nas atuais culturas de informações” (NÓVOA, op. cit., p. 12), disseminados sobre o ensejo dos cuidados com as crianças e adolescentes; do outro, as famílias do alunado, dependentes de tais serviços oferecidos que, distraídas pelas propostas de melhorias no ensino que nunca se concretizam, assumem embates com o professorado, culminando no alcance dos objetivos da armadilha: famílias contra professorado e vice-versa.

CONDIÇÕES INSALUBRES AO PADECIMENTO DOS/AS DO[C]ENTES

O jogo com a palavra do[C]entes expõe um duplo sentido: estão os/as professores/as atuando na docência ou estão atuando na doença, sem motivação para a docência?

Na etimologia das palavras, docente significa “ensinar” enquanto doente diz respeito a alguém “que se aflige” ou algo que “causa dor”. De fato, observando de forma criteriosa a realidade, se vê o exercício da docência em meio a aflições e dores; em muitas situações, é doloroso ensinar.

As marcas de discursos coercitivos provindos das práticas voltadas à sobrecarga de trabalho, absenteísmo, endividamento e informalidade causam mal-estar docente. A desmotivação está presente nas vozes do professorado nas mais diferentes regiões e comunidades brasileiras e impacta negativamente o desempenho no trabalho.

Sinto-me esgotada.

Voltei para o Estado e o salário continua o mesmo há mais de 10 anos. Algumas prefeituras estão pagando por 20h o que temos que fazer em 40h. Estamos ganhando um período e fazendo trabalho voluntário no outro.

Declinei das aulas por problemas de saúde.



Ela estava para se aposentar, faltava um mês apenas e descobriu o tumor na cabeça.

Vou almoçar rapidinho, às vezes só como um lanche pelo caminho, e sigo para a outra escola e à noite vou para o restaurante.

A escola me chamou para esse semestre de aulas, só que começo a receber daqui dois meses. É assim com as professoras eventuais, a prefeitura paga atrasado. Eles pensam que professoras não têm família para sustentar.

Estou com muitas dores e preciso refazer meus exames, só consegui consulta no SUS daqui 30 dias. Ontem passei mal no trabalho, fui ao hospital público, fui atendida, mas o médico se negou a assinar o atestado.

Comprei um novo chip para atender somente os alunos, mas estou pagando mais dados móveis e precisei comprar outro cartão de memória porque o meu celular não comporta tantas fotos e vídeos de atividades.

O meu computador é velho, parou de funcionar, precisei investir na compra de outro modelo.

Aliás, se não melhorar, não haverá mais pessoas interessadas na docência.

É provável também que outros fatores, além do endividamento, das jornadas duplas ou até triplas de trabalho, ou ainda trabalhos escolares fora do expediente de contrato, prejudiquem a continuidade na profissão. Vale mencionar a desconfiança de outros profissionais depositada no professorado como a negação de emissão de um atestado médico em um momento de emergência, fazendo com que o/a docente perca em pecúnia. Esse fato é comumente mencionado pelo professorado, e, ainda, desconfiando do seu verdadeiro estado de saúde, o professorado é inferiorizado e infantilizado, reiterando que o acesso à saúde do docente-cidadão depende do consenso do profissional com maior prestígio na hierarquia social.

A exemplo, muitos empregadores deixam de garantir ambientes saudáveis de trabalho, expondo o professorado em salas superlotadas e ruidosas, com pouca ou sem ventilação e/ou iluminação, espaços interiores sujos e exteriores sem ronda policial e segurança, ausência de reajustes condizentes à inflação, progressões salariais interrompidas com mudanças de gerenciamento político, causando danos à saúde física e emocional que podem ser irreversíveis como a Síndrome de Burnout (SB) e outras doenças laborais como ansiedade, pânico, obesidade, câncer, sofrimento psíquico como a depressão e até o suicídio.



Ultimamente, a SB, também conhecida como “síndrome do esgotamento profissional”, está entre os acometimentos mais decorrentes à saúde do professorado. Os impactos das cobranças excessivas e a culpabilidade social do fracasso escolar, recaída tão somente ao professorado, causam sentimentos de derrota, desesperança, negatividade constante e extrema exaustão. Há diversas pesquisas de diferentes institutos superiores do Brasil que apontam a prevalência deste distúrbio psíquico entre o professorado e alertam para as condições de trabalho e saúde mental dos/as docentes. Carlotto (2011, p. 407) afirma que “professores que atuam em escola pública apresentam maiores médias nas três dimensões da síndrome de Burnout relacionadas a diversos estressores, alguns típicos da natureza da função exercida, outros provenientes do contexto institucional e social onde ela é exercida”.

No entanto, mesmo em meio às adversidades e a pouca importância que se dá à docência, “durante as últimas décadas podemos acompanhar um movimento de afirmação profissional dos professores que vêm [...] exigindo ser reconhecidos como categoria, com sua especificidade histórica, social e política” (ARROYO, 2000, p. 23). Neste sentido, a participação de professores/as com apresentação de suas práticas em sala de aula e de pesquisas em congressos de Educação, outros encontros e eventos bem como de coletivos com manifestações públicas, é uma oportunidade de trocar experiências entre pares na procura por um caminho em comum onde todos/as possam seguir juntos/as, repensar as fragilidades e dilemas, agir a partir de suas habilidades analíticas e com pensamento crítico e partilhar forças para vencerem os obstáculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é forte a implicância das práticas discursivas na efetivação dos direitos trabalhistas do professorado bem como na concretização de garantias à escola pública e gratuita para todos/as. É importante compreender a articulação de elementos como o amadorismo, a informalidade, o nepotismo, o desacato e outras violências, para assimilar como esses aspectos se espalham, se fortalecem em narrativas dominantes e causam danos à vida docente.

A sociedade brasileira carrega, em sua construção, aspectos histórico-culturais e políticos, opressores e excludentes que, de tal modo, interferem na constituição da identidade e da carreira docente através das práticas discursivas. As características dos períodos colonial e militar, ainda causam impactos negativos à atuação docente.

A subalternidade do professorado os aproxima dos modos de vida destinados aos



colonizados no país: sujeição, obediência, pacificidade e incapacidade. Verifica-se, nas formas que se operam os discursos sociais, o desmonte das mobilizações do professorado. O uso da força, armas de fogo e imposição do medo, assim como foram utilizadas em ataques aos militantes, ainda silencia essa categoria trabalhista. Com isso, determinadas características à identidade docente lhes são atribuídas, mencionando-os como mercenários, dissimulados e traidores, interessados apenas em faltar ao trabalho por meio da homologação de atestados médicos. Além disso, outros estereótipos sob cunho preconceituoso como “professores despreparados” são frequentemente veiculados por institutos que dispõem de equipe desvinculada à realidade escolar. Com a finalidade de angariar recursos para manutenção da empresa no mercado, usando como meio a Educação, lançam discursos que estimulam a prática docente à total dependência do auxílio de outras categorias profissionais. Conseqüentemente, há desunião na categoria, enfraquecendo as mobilizações e aumentando o descrédito social.

Ao professorado coube, historicamente, lecionar por amor ao alunado. Os “tios e tias” da Educação dividem espaço com os “doutores sem doutorado” de diversas profissões. A infantilização da profissão reserva às professoras [e professores, mesmo que em minoria] o falso grau de parentesco. Não basta que o professorado atinja os mais altos níveis de formação, mestrado ou doutorado, não é suficiente para modificar o tratamento desigual em relação aos advogados, médicos, engenheiros, políticos, dentre outros.

Dessa forma, mesmo em meio à desvalorização, é nítida a importância da docência na Educação. Sem docentes, não há escolarização tampouco a formação das crianças e adolescentes para a tão aguardada futura formação acadêmica. No entanto, expõe-se a intenção política para o exercício da docência e o preparo dos/as estudantes ao trabalho; é esperado do professorado que preparem as crianças e adolescentes da escola pública e gratuita para o mercado de trabalho, mas ao mercado informal das baixas remunerações [ou quase nada], assim como é imposto ao professorado. Neste ponto, é restrito o investimento na formação docente para a Educação básica, posto que o mínimo será ofertado aos filhos e filhas da população. Aos pobres, o conhecimento científico que circula no meio acadêmico, é negado e distorcido. Enquanto as famílias pobres acreditam que os avanços científicos, como a vacinação, lhes transformarão em animais rastejantes, aos filhos e filhas dos ricos a vacinação é passaporte para os intercâmbios em instituições de ensino internacionais. Neste contexto, é aplicado o projeto da desvalorização da identidade e da carreira docente.



Em suma, o estudo aponta a necessidade da urgente escuta às vozes do professorado. Os/as professores/as têm vozes, mas não são ouvidos/as. Dessa forma, se faz também premente a exigência à aplicação de políticas públicas efetivas que visem a desconstrução de práticas discursivas que desvalorizam a docência, da promoção de outras narrativas para a inclusão social e à valorização dos/as docentes em todos os âmbitos, inclusive no mercado de trabalho, e o inadiável incentivo a unificação da categoria para o exercício de seus direitos, a qualidade de vida, a satisfação no trabalho e à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 2º ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 3261/2015*. Autoriza o ensino domiciliar na educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio para os menores de 18 (dezoito) anos, altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 11 out. 2021.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, vol. 27, n. 4, pp. 403-410, out -dez, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, Paris, 1970.

GADOTTI, Moacir. *Educação brasileira contemporânea: desafios do ensino básico*. Instituto Paulo Freire, São Paulo, 1997.

HADDAD, Sérgio. *O educador: um perfil de Paulo Freire*. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: _____ (Org.). *Profissão professor*. Portugal: Porto Editora, 1995. p. 13-34.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/>. Acesso em: 11 out. 2021.



SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. In: _____. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008

TARDIF Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 2º ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica: 2021*. São Paulo, 2021.